

SETEMBRO 2023

jornal



Federação Nacional da Educação



IP6623 ITINERÁRIO PROFESSORES

O FUTURO ESTÁ NA ESCOLA

LUTO
luto fne
†
Manuela Teixeira
1937 - 2023



WWW.FNE.PT



EDITORIAL**P.3, P.4** CRISE NA EDUCAÇÃO EXIGE DISPONIBILIDADE!**ESPECIAL****P.5, P.6** MANUELA TEIXEIRA (1937-2023)**AÇÃO SINDICAL****P.7 À P.10** AGOSTO QUENTE COM FNE ATENTA E DISPONÍVEL PARA O DIÁLOGO**P.11** FNE/SPCL FAZEM PROPOSTA DE REUNIÃO CONJUNTA COM REPRESENTANTES DO ME, DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E INSTITUTO CAMÕES**P.12, P.13** EXPRESSO | A SOLUÇÃO PARA O DECRETO DOS PROFESSORES É SATISFATÓRIA? OPINIÃO DE PEDRO BARREIROS**P.14, P.15** PÚBLICO | OPINIÃO DE PEDRO BARREIROS - FRUSTRAÇÃO DA ESPERANÇA DOS PROFESSORES**P.16, P.17** 100 DIAS – SEM DESISTIR! CARTA ABERTA AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ALUNOS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO**P.18** ENVELHECIMENTO DO CORPO DOCENTE**P.19, P.20** FNE ABRIU SETEMBRO COM 'OUTDOOR' NO IP3 A LEMBRAR TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO**P.21** SN DA FNE REUNIU E APROVOU QUEIXA SOBRE OS CONCURSOS JUNTO DA PROVEDORIA DE JUSTIÇA**P.22, P.23** 40KG DE LIXO MARINHO RECOLHIDO EM AÇÃO DE LIMPEZA DE PRAIA**P.24** INICIATIVA "O FUTURO ESTÁ NA ESCOLA" ESPALHOU MENSAGEM DE ALERTA NAS ESCOLAS**P.25** MENSAGEM AO MINISTRO**P.26** FNE QUER PROFESSORES COLOCADOS ATÉ FIM DE MAIO**P.27** ORGANIZAÇÕES SINDICAIS EM CONVERGÊNCIA ANUNCIARAM GREVE DE DOCENTES PARA 6 DE OUTUBRO**P.28** EPE NO ANO LETIVO 2023/2024 COM MENOS ALUNOS, MENOS PROFESSORES E MENOS TRANSPARÊNCIA**WEBINÁRIO****P.29 À P.32** WEBINÁRIO FNE/AFIET: FALTA LIGAR O OCEANO À AGENDA CLIMÁTICA**TEM A PALAVRA****P.33** POR QUE FAZ GREVE UM PROFESSOR? AGOSTINHO ARRANCA | PROFESSOR NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA VIÇOSA | SDPSUL**NÃO DOCENTES****P.34** ABERTURA DO ANO ESCOLAR: A LUTA CONTINUA**P.35, P.36** FNE DEMONSTRA AO ME O SEU PROFUNDO DESAGRADO COM A FALTA DE RESOLUÇÃO PARA OS TSE**P.37** RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA PAE AVEIRO - 2023**INTERNACIONAL****P.38 À P.40** OCDE RECOMENDA VALORIZAÇÃO URGENTE DA CARREIRA DOCENTE**SAÚDE****P.41, P.42** MAIOR DEPRESSÃO EM RAPARIGAS, ALUNOS MAIS VELHOS E DOCENTES COM MAIS TEMPO DE SERVIÇO**+VANTAGENS FNE****P.43** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA****SETEMBRO 2023****proprietário**
Federação Nacional da Educação**diretor**
Pedro Barreiros**produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**
Adosinda Leitão e Cristina Maia**sindicatos membros**Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *
Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas**tesoureiro**

Mário Jorge

redaçãoRua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**

Rafael Marques



Crise na Educação exige disponibilidade!

Os últimos anos trouxeram consigo desafios extraordinários, e a FNE tem destacado a necessidade urgente de enfrentá-los. É importante reconhecer que as preocupações que expressamos são legítimas, as reivindicações apresentadas são justas e que as implementações das propostas apresentadas já poderiam ter tido implicações significativas na qualidade do sistema educativo, nas condições de trabalho e carreiras dos profissionais da educação.

Perante a ausência de respostas do Ministério da Educação às propostas apresentadas pela FNE, reforçamos o nosso empenho e disponibilidade para o diálogo construtivo e participação em processos negociais com o Ministério da Educação. Não aceitamos ser responsabilizados e apelidados de intransigentes, quando todos sabem e sentem que a intransigência, indisponibilidade ou incapacidade está do lado ministerial. É por isso que se torna crucial que o Ministério da Educação e o Governo demonstrem ser capazes de inverter a sua atuação, dada a urgência da situação.

Lamentavelmente, até agora, as nossas propostas não obtiveram resposta. O ambiente nas escolas deteriorou-se, conduzindo à desmotivação dos profissionais da educação e ao bloqueio das suas carreiras. Para evitar esta crise, o Ministério da Educação deve agir rapidamente, por forma a:

- Garantir a contratação atempada e em número suficiente dos profissionais essenciais;
- Estabelecer limites claros para o tempo de trabalho;

- Eliminar a burocracia interna das escolas e a promovida pelo próprio ministério;

- Encontrar uma solução justa para docentes em Mobilidade por Doença;

- Recuperar o tempo de serviço congelado: 6 anos, 6 meses e 23 dias;

- Eliminar o sistema de vagas para progressão nos 5º e 7º escalões;

- Resolver as ultrapassagens na carreira;

- Acabar com as quotas na avaliação de desempenho;

- Garantir paridade salarial entre docentes e os técnicos superiores da Administração Pública;

- Resolver os problemas do regime de monodocência;

- Adotar medidas urgentes contra a indisciplina e violência nas escolas;

- Promover a formação contínua dos Docentes e do Pessoal de Apoio educativo;

- Assegurar a igualdade entre docentes a lecionar em Portugal e no estrangeiro;

- Estimular o interesse dos jovens na profissão docente e reter profissionais experientes;

- Valorizar as Carreiras e os índices remuneratórios.



Apelamos ao Ministério da Educação e ao Governo para iniciar negociações que resultem em acordos mutuamente benéficos e não no cumprimento de meros rituais, que servem, quase, exclusivamente como propaganda governamental, que pretende convencer a sociedade de uma abertura negocial que não se traduz em ganhos concretos nem se aproxima minimamente das propostas apresentadas pela FNE em nome dos trabalhadores que representa.

A FNE é uma organização sindical responsável que ao longo de mais de 40 anos, deu provas de saber valorizar o diálogo, a negociação e a concertação como meios para resolver os problemas, pelo que reafirma estar disposta a cancelar todas as ações de protesto anunciadas, caso o Ministério da Educação assuma a disponibilidade e crie as condições necessárias para a resolução dos problemas, mas se esta disponibilidade não se manifestar, a responsabilidade por mais um ano conturbado recai exclusivamente no Ministério da Educação e no Governo, com todas as consequências que daí poderem advir.

ATÉ SEMPRE, PROFESSORA MANUELA

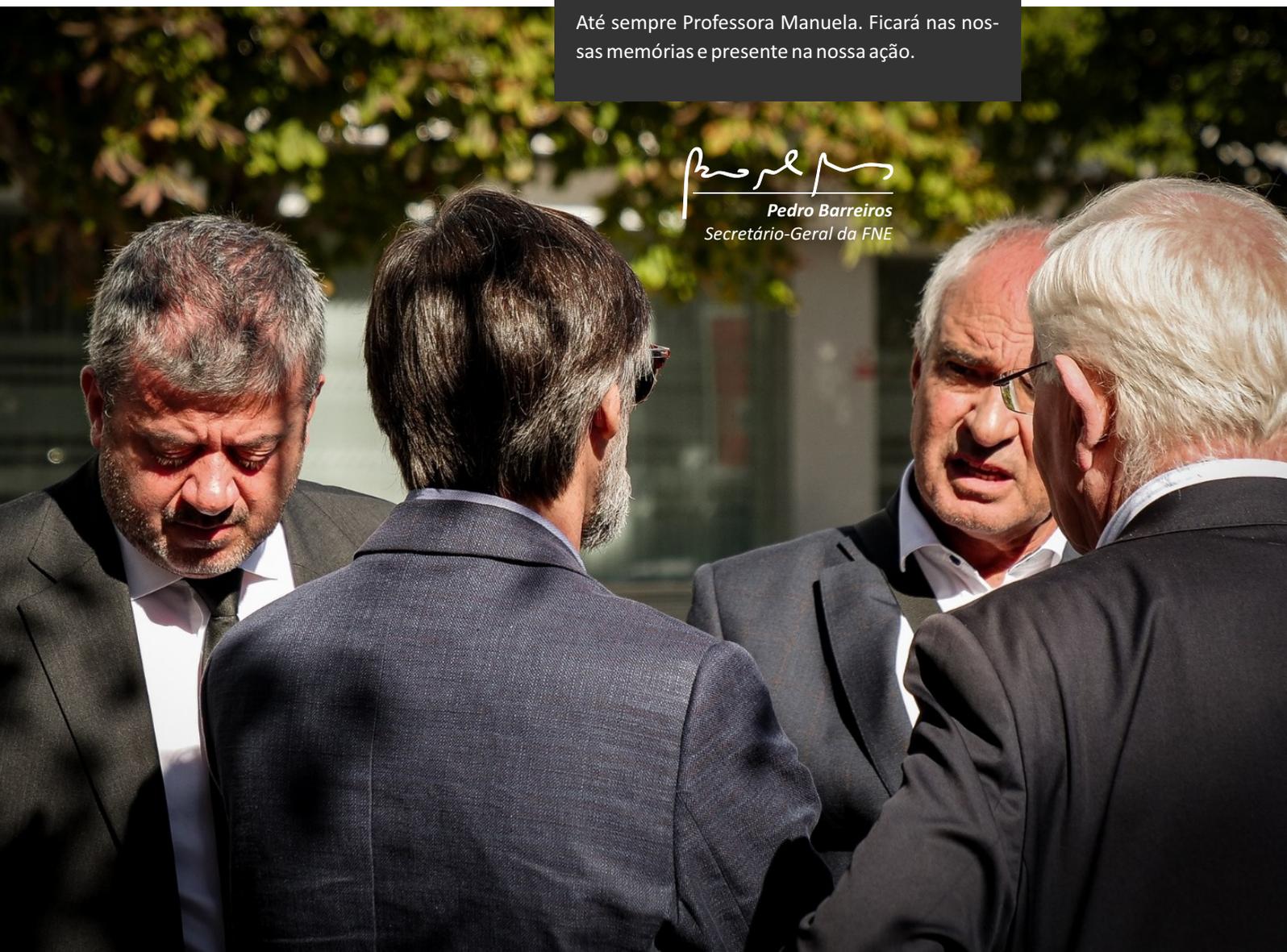
Manuela Teixeira deixou-nos. E nos dias em que realizámos o último "plenário" e nos despedimos da Manuela Teixeira, importa reafirmar os princípios por que sempre pautou a sua ação sindical. Queremos uma educação de qualidade, carreiras valorizadas e condições dignas para exercer a nossa profissão com alegria, prazer e vontade. Queremos que os mais novos sintam vontade em querer ser Professores e que os mais velhos possam ter condições de trabalho para fazer uma "passagem de testemunho" tranquila e potenciadora das boas práticas. Todos são precisos para esta difícil tarefa! Como afirmei recentemente "A frustração da esperança dos professores não pode ser ignorada. Ao contrário, deve servir como um alerta para a ação de todos os envolvidos no sistema educativo."

É com a capacidade de resiliência de todos os professores e educadores que o Governo pode contar, porque não desistirão de lutar pela sua carreira, pelos seus alunos e por uma educação de qualidade para todos.

Até sempre Professora Manuela. Ficará nas nossas memórias e presente na nossa ação.



Pedro Barreiros
Secretário-Geral da FNE





Manuela Teixeira (1937-2023)

Manuela Teixeira deixou-nos na madrugada de 23 de setembro de 2023.

Professora e Doutorada em educação, foi presidente do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) de 1974 a 1997 e esteve na génese da criação do ISET – Instituto Superior de Educação e Trabalho, criado em 1993 para dar resposta à necessidade de formação inicial e contínua de professores e de pessoal não docente.

Manuela Teixeira foi também presidente da União Geral de Trabalhadores (UGT) entre 1998 e 2004 e a primeira Secretária-Geral da Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP, hoje FNE), entre 1982 e 2004.

Foi ao JORNAL FNE, de novembro e dezembro de 2022, que deu a sua última grande entrevista em vida. Por ocasião dos 40 anos da Federação, Manuela Teixeira recordou o caminho da FNE desde 1982, junto da qual se tornou um nome incontornável na história do sindicalismo português.

Líder do Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN) e da FNSP/FNE até achou ser possível fazer a unidade na diversidade sindical da educação.

Mas quando a ideologia comunista se impôs ela respondeu que cada um “seguiria com a sua bicicleta”.

Para Manuela Teixeira, o peso negocial dos professores aumentou com a criação da FNSP/FNE e recordou que os seus momentos mais altos à frente da Federação foram a criação da Carreira Única, a efetivação maciça de professores, o Estatuto da Carreira Docente e o acordo sobre o regime jurídico do pessoal não docente, em 2 de agosto de 1999.

Nas negociações, não queria apenas ser ouvida, mas também participar nas decisões. A partir de determinada altura só aceitava fazer acordos escritos, alterando estratégias, mas sempre com os mesmos objetivos.

Manuela Teixeira sublinhou ainda que “precisávamos de um governo que tivesse um golpe de asa” e que mostrasse respeito pelos professores. Em sua opinião, ao integrar os não docentes a FNE adquiriu uma visão mais integral da escola. Quanto ao digital e ao futuro da educação deixou uma certeza: “as pessoas não devem e não podem ser educadas por máquinas”.

Foram várias as personalidades que no momento do desaparecimento lembraram a mulher e Dirigente Sindical começando pelo Presidente da República.

Marcelo Rebelo de Sousa transmitiu “sentidas condolências” à família e amigos de Manuela Teixeira, recordando “a militância partidária e os laços de amizade que estabeleceram e mantiveram ao longo de décadas”.

“O Presidente da República evoca, no momento do seu desaparecimento, a atividade cívica e política da ex-presidente da UGT Manuela Teixeira, figura incontornável do movimento sindical dos professores, sindicato que liderou na zona norte do país”, foi possível ler-se numa nota divulgada na página oficial da Presidência da República.

O atual **Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros**, deixou também algumas palavras: “No momento em que nos despedimos de Manuela Teixeira, importa reafirmar os princípios por que sempre pautou a sua ação sindical. Queremos uma educação de qualidade, carreiras valorizadas e condições dignas para exercer a nossa profissão com alegria, prazer e vontade. Queremos que os mais novos sintam vontade em querer ser Professores e que os mais velhos possam ter condições de trabalho para fazer uma “passagem de testemunho” tranquila e potenciadora das boas práticas”.

Pedro Barreiros acrescentou: “Todos são precisos para esta difícil tarefa! Como afirmei recentemente, a frustração da esperança dos professores não pode ser ignorada. Ao contrário, deve servir como um alerta para a ação de todos os envolvidos no sistema educativo. Até sempre Professora Manuela. Ficará nas nossas memórias e presente na nossa ação”.

Foi também com emoção que **João Dias da Silva**, que sucedeu a Manuela Teixeira na liderança da FNE em 2004, comentou o seu desaparecimento: “Manuela Teixeira, um modelo de visão, coragem e determinação. A Manuela Teixeira viveu uma vida preenchida de ambição, visão e ação, tendo como faróis inquestionáveis a liberdade, a democracia e a solidariedade.

Elegeu a defesa dos direitos dos trabalhadores e da liberdade de ação sindical como quadros indis-

pensáveis para que a ação sindical se desenvolvesse, com resultados concretos, para a valorização dos trabalhadores da Educação. Inovando nas propostas, contrapondo alternativas válidas, foi uma Dirigente Sindical de diálogo e de negociação, nunca recusando, nem os confrontos necessários, nem as aproximações indispensáveis para que se avançasse em resultados. Nas várias frentes em que se envolveu, foi clara nos objetivos e ajudou a definir os caminhos que a eles conduzissem. A Manuela Teixeira foi e é um exemplo de visão, coragem e determinação” disse em palavras ao Jornal FNE.

Também **Luís Marques Mendes**, no seu espaço semanal no Jornal da Noite da SIC ao domingo, não esqueceu de dar nota sobre o falecimento: “Faleceu Manuela Teixeira, uma grande sindicalista, Presidente da FNE, uma pessoa encantadora e por isso aqui fica a minha homenagem para ela”.

Já o **Grupo Parlamentar do PSD e a Assembleia da República** apresentaram um projeto de voto de pesar pelo falecimento de Manuela Teixeira que foi votado a 29 de setembro em S.Bento.

Manuela Teixeira foi uma lutadora incansável pelas causas da Educação de qualidade e dos seus trabalhadores.

Por ocasião da sua morte, curvamo-nos perante a dimensão do seu empenho, da sua coragem, da sua determinação.





Agosto quente com FNE atenta e disponível para o diálogo

Durante o mês de Agosto a FNE não parou e fez chegar por várias vezes ao Ministério da Educação a mensagem de que estaria disponível durante todo o mês para reuniões de âmbito negocial que pudessem fazer acalmar o clima de falta de tranquilidade que se poderia viver nas escolas no início do novo ano letivo.

E por isso, a 11 agosto chegou à Av. Infante Santo, 2 (ME) uma proposta da FNE de Acordo de Princípios para a Definição dos Requisitos de Formação Científica para Seleção de Docentes Titulares de Cursos Pós-Bolonha. Nesta proposta a FNE expressou publicamente a sua posição em relação à definição dos requisitos mínimos de formação científica adequada às áreas disciplinares dos

diferentes grupos de recrutamento para seleção de docentes titulares de cursos pós-Bolonha em procedimentos de contratação de escola.

A FNE não fez ver ao enviar esta proposta que não aceita qualquer diminuição do grau de formação dos Educadores e Professores portugueses e reforça o seu compromisso em assegurar a qualidade da educação e a valorização dos docentes, contribuindo assim para um ensino de excelência e para o sucesso dos alunos. Segundo a FNE "acreditamos que este Acordo de Princípios será um passo importante na construção de um sistema educativo cada vez mais robusto e focado no desenvolvimento do país".

FNE alerta ME - É urgente e fundamental resolver os problemas que afetam os trabalhadores da educação e as escolas

Três dias depois (14 agosto) a FNE enviou de novo para o ME, um ofício em que desta feita dava nota da urgência em resolver os problemas que afetam os trabalhadores da educação e as escolas.

A FNE pretendeu com este ofício, demonstrar de novo a sua total abertura para através da abertura de processo negociais e alcançar o mais urgentemente possível, o regresso à tranquilidade no funcionamento das escolas, ultrapassando as circunstâncias que se verificaram ao longo do ano letivo 2022-2023: "na ausência de resposta às propostas que apresentamos, reafirmamos a disponibilidade para apostar no diálogo e na negociação, pelo que importa haver igual disponibilidade da parte do Ministério da Educação, com a urgência que o contexto atual obriga", afirmou a Federação.

Mais uma vez, em pleno mês de agosto e de férias, a FNE quis demonstrar que valoriza o diálogo, a negociação e a concertação como formas de resolver os problemas, e mostrou-se totalmente disponível para iniciar este processo mostrando inclusive disponibilidade para cancelar as ações de protesto planeadas para o início do próximo ano letivo, desde que o Ministério da Educação e o Governo criem as condições necessárias, afirmando que "se essa disponibilidade não se manifestar, será responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e do Governo enfrentar mais um ano conturbado, com todas as suas consequências".

Mais uma vez, em pleno mês de agosto e de férias, a FNE quis demonstrar que valoriza o diálogo, a negociação e a concertação como formas de resolver os problemas.





FNE anunciou iniciativas de protesto para setembro, outubro e novembro

E na ausência de resposta do Ministério da Educação (ME) às propostas que a FNE vinha a apresentar, assim como à constante reafirmação da disponibilidade para apostar no diálogo e na negociação, a FNE avançou a 16 de agosto para a divulgação de várias iniciativas de protesto e de luta para o primeiro período do ano letivo 2023-24 e em que se incluem:

- Greves ao sobretabalho e componente não letiva
- Semana Aberta "Somos Professores – Não desistimos!" com visitas a escolas de Norte a Sul
- Vigílias por uma Educação de qualidade.

- Iniciativa "O futuro está na Escola" com colocação de lonas em escolas de todo o país.

- Inauguração do "Itinerário Ip6623", em Penacova para recordar ao Governo que as obras no IP3 continuam por concluir, num investimento que, segundo o Primeiro-Ministro, iria implicar a falta de investimento noutras áreas, nomeadamente na educação e na recuperação do tempo de serviço congelado.

- Concentrações e Manifestações em todo o país por uma educação de qualidade.

- Plenários sindicais e reuniões em escolas com todos os trabalhadores da educação.

A FNE avançou a 16 de agosto para a divulgação de várias iniciativas de protesto e de luta para o primeiro período do ano letivo 2023-24.

Presidente da República promulga diploma sobre carreira dos professores

E a 21 de agosto chega a notícia: O Presidente da República promulgou diploma sobre a progressão dos professores, que foi reformulado depois de Marcelo Rebelo de Sousa ter dado o seu veto à primeira versão.

"Atendendo à abertura, incluindo na presente legislatura, constante das últimas versões dos diplomas, para a questão da contagem do tempo de serviço, o Presidente da República promulgou o diploma do Governo que estabelece um regime especial de regularização das assimetrias na progressão na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário", divulgou o Palácio de Belém.

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, em declarações à RTP sublinhou que "a luz verde dada hoje pelo Presidente da República pode transformar-se em laranja ou eventualmente em vermelha, tendo em conta o que é a evolução da situação", acrescentando ainda que "não nos esqueçamos daquilo que foi comunicado pelo Presidente da República em que identificava todas as matérias que levaram ao veto e achamos muito pouco que a evolução desse veto até agora à promulgação do diploma, se traduza apenas numa possibilidade abstrata de uma negociação ao longo desta ou eventualmente até de próximas legislaturas".

Ainda sobre esta questão em comunicado divulgado no dia da publicação em DR do Decreto, a FNE deixou vincada a sua posição sobre a matéria:

«Ao contrário do propagandeado pelo Ministério da Educação, este diploma não garante justiça, equidade e não se apresenta como solução para a valorização da Carreira Docente, criando mais e novas assimetrias e ultrapassagens na Carreira Docente.

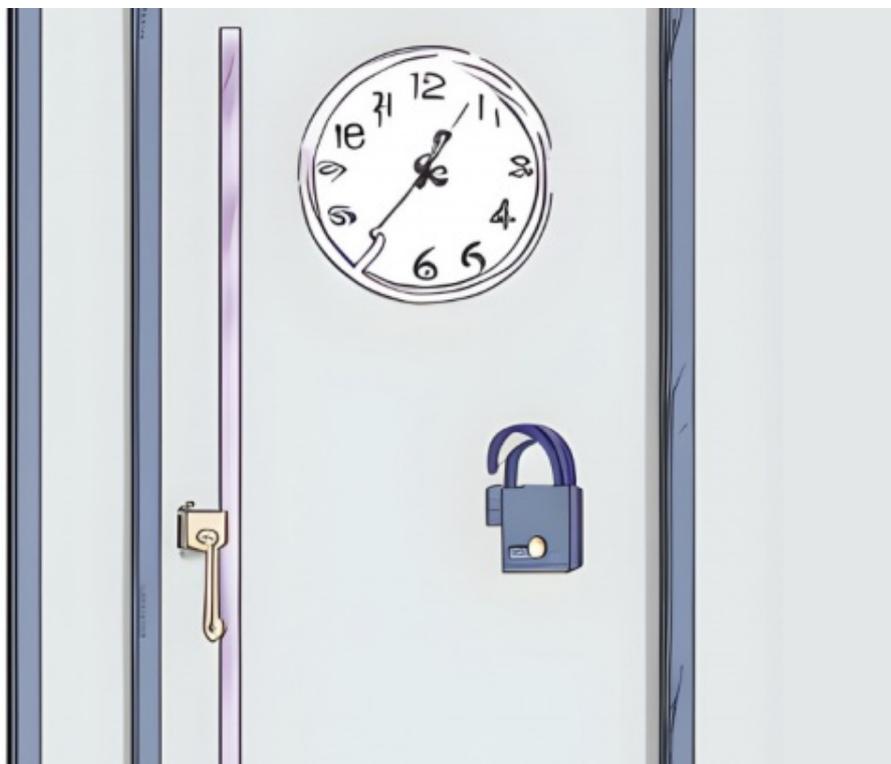
Estranhamente, ou talvez não, o diploma legal refere que serão cerca de 60 mil os docentes que irão beneficiar do processo de aceleração das progressões na carreira.

Independentemente da divergência dos números, facto é que mais de 70 mil docentes não serão abrangidos pelas medidas previstas neste diploma, o que desde logo constitui um fator gerador de injustiças e de novas assimetrias na carreira docente, adivinhando-se para este universo de Docentes um novo topo da Carreira Docente: o 7.º escalão! E para os demais docentes, segundo afirmado pelo Ministro da Educação, a mera possibilidade de poderem aspirar aceder a um dos três últimos escalões da carreira.

Por isso, não é verdade quando o Governo afirma que "são abrangidos por este regime todos os professores e educadores dos quadros do Ministério da Educação afetados pelo congelamento entre 2011 e 2017, que estejam em funções desde 2005"». **(ler aqui comunicado completo <https://fne.pt/pt/noticias/go/comunicados-tempo-roubado-trancas-a-porta--entreaberta>)**

Pedro Barreiros, SG da FNE, em declarações à RTP, sublinhou que "a luz verde dada hoje pelo Presidente da República pode transformar-se em laranja ou eventualmente em vermelha".

TRANCAS À PORTA (entreaberta).





FNE/SPCL fazem proposta de reunião conjunta com representantes do ME, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Instituto Camões

A 4 de agosto a FNE fez chegar ao Ministério da Educação, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Instituto Camões um ofício em que solicitou a estas instituições uma reunião conjunta e em articulação, de forma a procurar soluções e respostas para resolver os problemas dos professores no estrangeiro que têm sido tão maltratados.

Como referido no comunicado, o sistema do Ensino Português no Estrangeiro (doravante EPE), cursos de Ensino Básico e Secundário para filhos de trabalhadores portugueses no estrangeiro, segundo o constante no Artigo 75º, alínea i), da Constituição da República Portuguesa encontra-se fortemente fragilizado, contando atualmente com apenas cerca de 304 horários completos a nível mundial, tendo-se assistido a forte deterioração das condições de ensino dos alunos portugueses e lusodescendentes, com turmas fortemente heterogéneas, facto que, aliado à obrigação de pagamento de uma taxa de frequência, continua a fazer diminuir o número de alunos e, por consequência, os lugares docentes.

No respeitante aos professores a sua situação só pode ser definida como absolutamente precária,

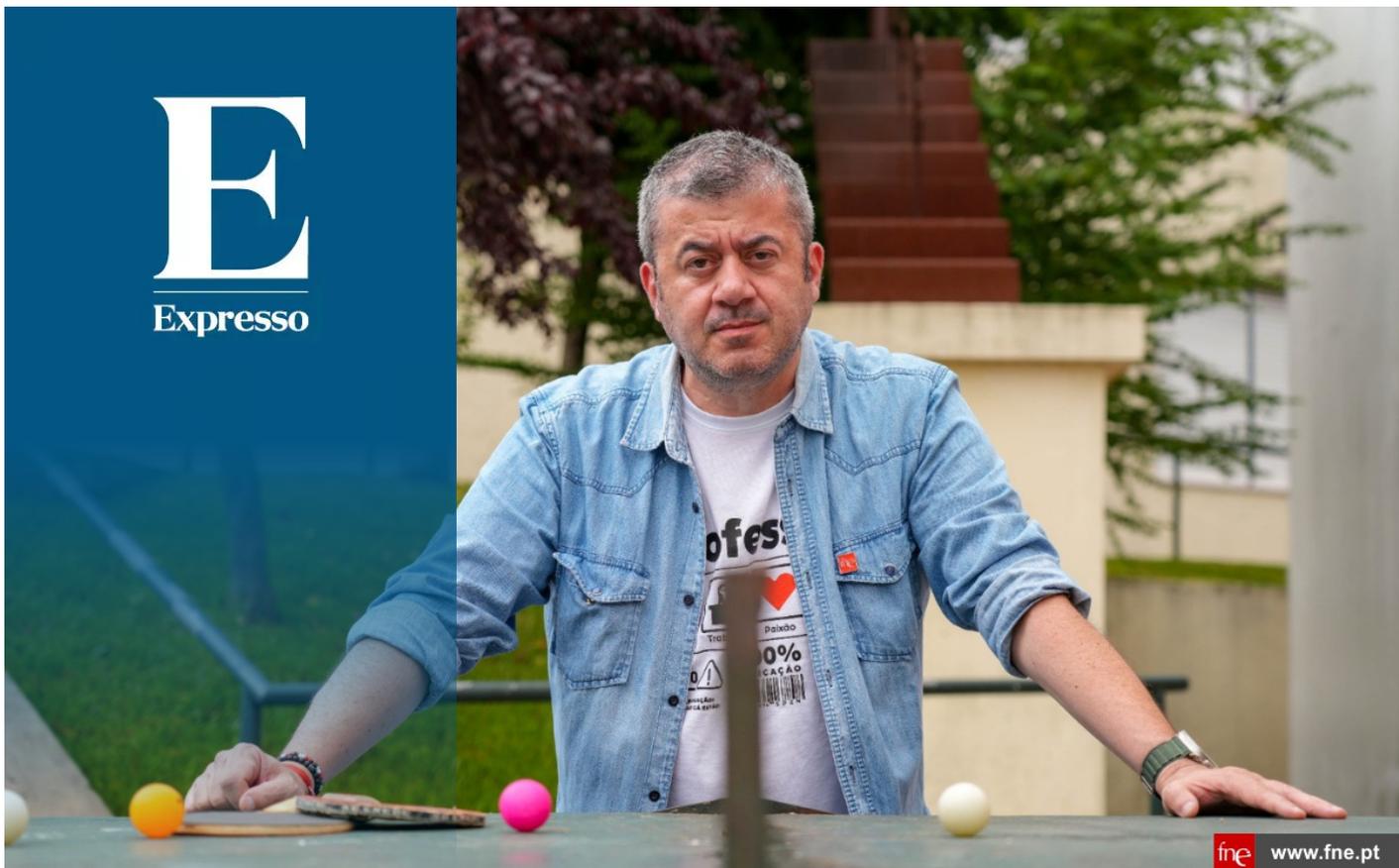
com os horários dependentes do número de inscrições, o que, aliado ao facto de no EPE não existir Quadro de provimento nem possibilidade de carreira, a que acresce o facto de a vinculação em Portugal se encontrar impossibilitada por apenas ser possível concorrer em 2ª prioridade para as escolas em território nacional, coloca os docentes numa situação de precariedade e instabilidade laboral que se nos afigura inaceitável.

É sublinhado ainda que esta precariedade e instabilidade são ainda agravadas pela inexistência de tabelas salariais, havendo apenas dois grupos remuneratórios, menos e mais de 15 anos de serviço, sujeitos a congelamento de carreira apesar da inexistência da mesma e sem qualquer tipo de progressão prevista a partir dos 15 anos.

As condições supracitadas são fruto da falta de atualização da legislação do EPE, Decreto-Lei nº 65-A/2016, de 25 de outubro, que contém ainda várias disposições que datam de 1998, primeira versão do citado diploma legal, altura em que existia uma limitação de tempo de serviço no estrangeiro, prevendo unicamente carreira em Portugal com os docentes concorrendo em 1ª prioridade.

É sublinhado ainda que esta precariedade e instabilidade são ainda agravadas pela inexistência de tabelas salariais.

E
Expresso



Expresso | A solução para o decreto dos professores é satisfatória? Opinião de Pedro Barreiros

Na edição de 4 de agosto do Jornal Expresso, o Secretário-Geral da FNE deixou a sua opinião sobre o decreto para a carreira docente num artigo de opinião:

NÃO. "O sr. Primeiro-Ministro serve agora, o sr. Presidente da República devolve em esforço. Ficam dúvidas se a bola tocou na mesa e o sr. Ministro da Educação tem de recorrer ao VAR." Podia ser um relato de um jogo de pingue-pongue entre palácios, Belém e São Bento, mas é apenas um retrato irónico daquilo que temos vindo a presenciar e que necessita urgentemente de uma resposta mais significativa por parte do Ministério da Educação (ME) e do Governo.

Os professores estão cansados deste 'pingue-pongue' porque a jogada acaba por ser sempre a mesma, mas reconhecemos e agradecemos as palavras do Presidente da República sobre as principais limitações do diploma apresentado pelo Governo, nomeadamente as preocupações em relação ao universo dos professores, beneficiários das medidas, bem como a desigualdade entre docentes no continente e nas Regiões Autónomas.

Estranhámos, por outro lado, a possibilidade de abertura do ME para negociação da recuperação do tempo de serviço congelado, até porque, se esta disponibilidade se resume à abertura de mais um 'ritual negocial' sem concretizações positivas, então não contem com a FNE nem com os professores.

"Os professores estão cansados deste 'pingue-pongue' porque a jogada acaba por ser sempre a mesma" - Pedro Barreiros, in Expresso

Este foi um ano escolar mais uma vez marcado por dificuldades nas escolas e no seu decurso os trabalhadores da educação demonstraram um empenho, dedicação e profissionalismo inabaláveis.

O Governo demonstra "teimosia" de forma continuada, que pode colocar em causa o início do próximo ano letivo.

E por isso garantimos a continuação da defesa da justiça, da valorização da carreira, da equidade entre docentes e demais trabalhadores e de uma negociação justa. Reforçamos que não podemos aceitar um tratamento que desconsidera a importância da carreira docente e prejudica os docentes que tiveram o seu tempo de serviço congelado. O Governo está a demonstrar "teimosia" de forma continuada, que, a não evoluir, pode colocar em causa o início do próximo ano letivo. Um novo processo negocial que visasse resolver este problema permitiria iniciar o primeiro período num clima de total normalidade e acalmia, algo que os nossos alunos, as famílias e nós próprios, professores e educadores, merecíamos. A FNE está disposta a voltar às negociações, já em agosto, para assegurar que são dados passos no sentido dessa tranquilidade.

Estão planeadas ações de protesto caso o ministério não abra uma porta de negociação aos professores. Vamos estar nas escolas, junto dos trabalhadores da educação, vamos sair à rua lembrando que não se esgota na recuperação do tempo de serviço congelado o número de matérias a necessitar de debate e negociação: a burocracia, a falta de professores, o sobretabalho, a componente não letiva, a falta de apoios, a falta de pessoal de apoio educativo e de mais segurança para os trabalhadores da educação.

A "bola no jogo" está agora do lado do Governo e principalmente do primeiro-ministro, que devem prestar esclarecimentos sobre a persistente incompreensão, teimosia e insensibilidade social em relação à obtenção de justiça e equidade entre todos os trabalhadores da Administração Pública.

Miguel Prata Roque
Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



Pedro Barreiros
Secretário-geral da FNE



A SOLUÇÃO PARA O DECRETO DOS PROFESSORES É SATISFATORIA?

SIM O grau de satisfação com o mecanismo de aceleração da progressão na carreira dos professores depende da ponderação dos vários interesses. Todas as carreiras da Função Pública viram suspensa a contagem do tempo de serviço entre 2005 e 2007 e entre 2011 e 2017, num total de 9 anos, 4 meses e 2 dias.

A Lei do Orçamento para 2018 (e a de 2019) determinou que o reinício da contagem de tempo de serviço ocorreria a 1 de janeiro de 2018. Porém, para as carreiras especiais (incluindo professores) determinou-se que a recuperação dependeria de negociações quanto ao prazo e modo, tendo em conta a saúde das contas públicas.

Após essas negociações, o Governo repôs, em 2019, a contagem parcial de 2 anos, 9 meses e 18 dias, cuja despesa permanente anual foi estimada em €244 milhões. Essa recuperação parcial abrangeu 146.992 professores. Na altura, o Governo estimou que a recuperação integral implicaria despesa permanente anual de €331 milhões.

Em simultâneo, o Governo também aceitou a recuperação do tempo de serviço entre 2011 e 2017 para os demais funcionários públicos, equivalendo a 70% do módulo de tempo para progressão de escalão. Essa medida abrangeu cerca de 65% do total de funcionários públicos – ou seja, 349 mil – e implicou um custo permanente anual de mais €240 milhões.

Apesar dessa recuperação parcial, é inegável que os trabalhadores públicos perderam 14,1% do seu poder de compra, entre 2009 e 2023, por força da inflação e que os seus salários, incluindo os dos professores, são indesejavelmente baixos, quer por comparação a outros países europeus, quer em função da dignificação indispensável àquela função.

A recente proposta do Governo – que, apesar de alvo de veto presidencial, aparenta vir a ser promulgada após alteração cosmética – adiciona ao mecanismo já vigente um novo mecanismo de aceleração de progressão na carreira docente: permite uma progressão de escalão em três anos, quando o regime atual exigiria quatro anos. Aplicar-se-á a cerca de 60 mil professores e terá um custo permanente anual de cerca de €161 milhões. Em paralelo, o Governo também está a negociar com as restantes carreiras da Função Pública um acelerador de progressão idêntico, que se aplicará a 350 mil trabalhadores públicos e comportará um custo anual permanente de €128 milhões.

A medida é satisfatória? Depende. Se comparada com a situação atual, ela constitui um inegável avanço, pois aproxima-se da recuperação integral do tempo de serviço suspenso. Poderia a recuperação ser ainda superior? Com certeza que sim. Porém, cabe ao decisor político acomodar os vários interesses em presença: justiça equitativa entre carreiras especiais e gerais; solidez das contas públicas; vinculação ao programa eleitoral sufragado pelos eleitores. Se a recuperação do poder de compra de todos os trabalhadores públicos deve ser a prioridade, cabe ao Governo e ao Parlamento determinar o modelo global de redignificação da Função Pública.

NÃO "O sr. Primeiro-Ministro serve agora, o sr. Presidente da República devolve em esforço. Ficam dúvidas se a bola tocou na mesa e o sr. Ministro da Educação tem de recorrer ao VAR." Podia ser um relato de um jogo de pingue-pongue entre palácios, Belém e São Bento, mas é apenas um retrato irónico daquilo que temos vindo a presenciar e que necessita urgentemente de uma resposta mais significativa por parte do Ministério da Educação (ME) e do Governo.

Os professores estão cansados deste 'pingue-pongue' porque a jogada acaba por ser sempre a mesma, mas reconhecemos e agradecemos as palavras do Presidente da República sobre as principais limitações do diploma apresentado pelo Governo, nomeadamente as preocupações em relação ao universo dos professores, beneficiários das medidas, bem como a desigualdade entre docentes no continente e nas Regiões Autónomas.

Estranhámos, por outro lado, a possibilidade de abertura do ME para negociação da recuperação do tempo de serviço congelado, até porque, se esta disponibilidade se resume à abertura de mais um 'ritual negocial' sem concretizações positivas, então não contem com a FNE nem com os professores.

Este foi um ano escolar mais uma vez marcado por dificuldades nas escolas e no seu decurso os trabalhadores da educação demonstraram um empenho, dedicação e profissionalismo inabaláveis.

E por isso garantimos a continuação da defesa da justiça, da valorização da carreira, da equidade entre docentes e demais trabalhadores e de uma negociação justa. Reforçamos que não podemos aceitar um tratamento que desconsidera a importância da carreira docente e prejudica os docentes que tiveram o seu tempo de serviço congelado. O Governo está a demonstrar "teimosia" de forma continuada, que, a não evoluir, pode colocar em causa o início do próximo ano letivo. Um novo processo negocial que visasse resolver este problema permitiria iniciar o primeiro período num clima de total normalidade e acalmia, algo que os nossos alunos, as famílias e nós próprios, professores e educadores, merecíamos. A FNE está disposta a voltar às negociações, já em agosto, para assegurar que são dados passos no sentido dessa tranquilidade.

Estão planeadas ações de protesto caso o ministério não abra uma porta de negociação aos professores. Vamos estar nas escolas, junto dos trabalhadores da educação, vamos sair à rua lembrando que não se esgota na recuperação do tempo de serviço congelado o número de matérias a necessitar de debate e negociação: a burocracia, a falta de professores, o sobretabalho, a componente não letiva, a falta de apoios, falta de pessoal de apoio educativo e de mais segurança para os trabalhadores da educação.

A "bola no jogo" está agora do lado do Governo e principalmente do primeiro-ministro, que devem prestar esclarecimentos sobre a persistente incompreensão, teimosia e insensibilidade social em relação à obtenção de justiça e equidade entre todos os trabalhadores da Administração Pública.

Há um inegável avanço no sentido da aproximação à recuperação integral do tempo de serviço

O Governo demonstra "teimosia" de forma continuada, que pode colocar em causa o início do próximo ano letivo

Garantimos a continuação da defesa da justiça, da valorização da carreira, da equidade entre docentes e demais trabalhadores e de uma negociação justa.



Público | Opinião de Pedro Barreiros - Frustração da esperança dos professores

Também no Jornal Público, de 24 agosto, o Secretário-Geral da FNE, num outro artigo de opinião, deixou clara a urgência de diálogo e negociação para impedir os problemas vividos nas escolas no ano letivo anterior:

«A educação tem sido uma arena de desafios que deixam uma marca de frustração nos professores. Urge refletir sobre o que se passou e antever o ano letivo que se avizinha.

O ano letivo passado foi, inicialmente, marcado pela esperança, particularmente devido à promessa de implementação de mecanismos de correção de assimetrias na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, que se deveriam ter traduzido, numa primeira fase, no reposicionamento na carreira de milhares de professores que foram ultrapassados por outros com menor tempo de serviço. O Decreto que delineava esses termos trouxe consigo um fio de otimismo, que rapidamente se transformou em desilusão, por se constatar que a dita correção de assimetrias, se alterou para uma proposta de “mecanismos de aceleração em carreira”, que ao invés de corrigir as assimetrias e recuperar o tempo de serviço trabalhado e que continua congelado, se apresentou como um dos maiores ataques à Carreira Docente, ao ser assumido publicamente pelo Ministro da Educação que apenas 50% dos professores poderão ambicionar chegar aos últimos três escalões da carreira, traduzindo-se num novo topo da carreira para os restantes 50%, que passará a ser o 7º escalão.

Pedro Barreiros deixou clara a urgência de diálogo e negociação para impedir os problemas vividos nas escolas no ano letivo anterior.

Assim, a realidade que se veio a verificar divergiu das expectativas. A frustração foi-se instalando à medida que o tempo avançava. O encerramento do processo negocial sobre os mecanismos de progressão gerou um sentimento de desilusão entre os professores. A esperança, outrora elevada, esmoreceu à medida que a promessa de valorização da carreira se dissipava no ar.

Uma questão particularmente preocupante que emergiu desse processo foi a disparidade de tratamento entre os docentes do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, realçada pelo Sr. Presidente da República como sendo uma das limitações que levou ao veto da proposta que lhe foi apresentada. Esta discrepância mina a unidade do sistema educativo nacional, causando divisões desnecessárias, prejudiciais e injustas. É essencial garantir que os professores em todas as partes de Portugal tenham igualdade de oportunidades e condições de progressão na carreira. Isso não apenas beneficia os professores, como também contribui para um ambiente escolar mais estável e melhor educação para os alunos.

Ao olhar para o ano letivo que se aproxima, torna-se crucial superar os muitos problemas já identificados, sendo vital a revitalização do diálogo entre o Governo, as organizações sindicais e os professores. A valorização e atratividade da carreira docente deve permanecer no centro das discussões, com medidas concretas que reconheçam a importância do papel dos professores e educadores na construção do futuro do país, sendo importante aprender com as lições do passado. A frustração da esperança dos professores não pode ser ignorada. Ao contrário, deve servir como um alerta para a ação de todos os envolvidos no sistema educativo. A colaboração, a transparência e o compromisso com a melhoria contínua são os pilares que podem transformar a decepção em realização e proporcionar uma educação de qualidade que todos merecem.

Em última análise, acredito que é possível construir um futuro melhor para a educação em Portugal. Isso exige esforços concertados, respeito pelas vozes dos docentes e a determinação de enfrentar os desafios de frente. O próximo ano letivo é uma página em branco, pronta para ser preenchida com ações concretas que demonstrem um compromisso verdadeiro com a valorização dos professores e por uma educação de qualidade. É com a capacidade de resiliência de todos os Professores e educadores, que o governo pode contar, porque não desistirão de lutar pela sua carreira, pelos seus alunos e por uma educação de qualidade para todos».

"O próximo ano letivo é uma página em branco, pronta para ser preenchida com ações concretas que demonstrem um compromisso verdadeiro com a valorização dos professores e por uma educação de qualidade".



A educação tem sido uma arena de desafios que deixam uma marca nos professores. Urge refletir sobre o que se passou



100 dias Sem desistir!

Carta Aberta aos Profissionais da Educação,
Alunos e Encarregados de Educação



Pedro Barreiros
Secretário-Geral FNE

100 DIAS – SEM DESISTIR! Carta Aberta aos Profissionais da Educação, Alunos e Encarregados de Educação

Estimados Profissionais da Educação, Alunos e Encarregados de Educação,

No momento em que se assinalam os primeiros **100 dias de mandato dos órgãos sociais da Federação Nacional da Educação - FNE** e em que estamos prestes a iniciar um novo ano escolar, dirigimo-nos a todos vós, com o propósito sincero de partilhar os motivos fundamentais que, infelizmente, impulsionam a continuação do protesto através de ações que decorrerão, ao longo do 1º período do ano letivo 2023-24. Estas ações visam assegurar uma educação de qualidade, envolvendo todos os Professores, Educadores e Pessoal de Apoio Educativo, necessários para garantir o pleno funcionamento das escolas.

Está arraigado em nós o firme propósito de lutar pela qualidade da educação, reconhecendo-a como o pilar de uma sociedade mais justa e informada. A nossa luta não é apenas nossa, mas sim de todos que reconhecem a importância de uma educação que proporcione o desenvolvimento integral das nossas crianças e jovens.

Enfrentamos desafios complexos na atualidade, e a nossa ação de luta e contestação emerge como resposta a esses desafios. A magnitude dos erros do Governo mede-se pela evidência dos mesmos e pelo impacto que eles têm, na qualidade da educação, na falta de professores, na atratividade e valorização das carreiras e motivação dos profissionais da educação.

É essencial garantir a motivação de todos os Professores e Pessoal de Apoio Educativo, essenciais para o funcionamento harmonioso das escolas. Acreditamos profundamente que cada aluno merece uma atenção individualizada, algo que apenas se torna possível com recursos adequados e profissionais em número suficiente. A qualidade da educação não pode ser comprometida pela escassez de recursos humanos e pela exaustão dos profissionais que trabalham incansavelmente para orientar e formar as futuras gerações.

Ademais, defendemos a imperativa valorização das carreiras dos profissionais da educação. Uma carreira digna reflete o reconhecimento da importância do nosso trabalho e do impacto que temos na formação dos cidadãos do amanhã. É crucial que os Professores, Educadores e o Pessoal de Apoio Educativo se sintam motivados, respeitados e satisfeitos, a fim de desempenhar as suas funções de forma plena.

Acreditamos, convictamente, que o futuro está nas nossas escolas, nos momentos de aprendizagem partilhados entre professores e alunos, na transmissão de conhecimento e valores, verdadeiros promotores do desenvolvimento pessoal, social e coletivo de indivíduos conscientes, competentes e empreendedores. A nossa persistente luta é justa e construtiva. A Federação Nacional da Educação (FNE) permanecerá dedicada a alcançar estes objetivos, compreendendo que as nossas ações refletem os anseios daqueles que reconhecem o potencial transformador da educação enquanto pedra angular do desenvolvimento global do nosso país e de olhos postos num futuro coletivo que ambicionamos ser a cada dia melhor.

Evidentemente, 100 dias é um período exíguo para avaliar a nossa ação, mas suficiente para fornecer pistas concretas sobre o que nos propomos fazer nos próximos anos.

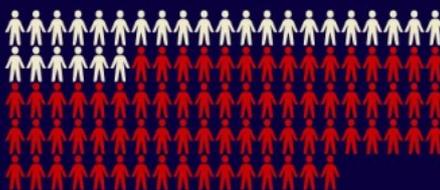
Contamos com o vosso apoio e compreensão nesta jornada. Juntos, podemos construir um futuro melhor através da educação. É isso que nos move, conforta e não nos deixa desistir.

Com profunda gratidão,

Pedro Barreiros
Secretário-Geral
Federação Nacional da Educação - FNE



ENVELHECIMENTO DO CORPO DOCENTE



De acordo com os dados oficiais, divulgados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, será necessário recrutar em média 3.450 novos docentes por ano até 2030/2031, sendo que as necessidades cumulativas de recrutamento nesse período correspondem a 34.508 novos docentes, correspondendo a cerca de 27% do número total de docentes.

“ A UNESCO já fez **"soar o alarme sobre a crise global da falta de professores"** relatando que serão precisos 69 milhões de professores para atingir a educação básica universal até 2030.

NÚMERO DE PROFESSORES COM 50 ANOS OU MAIS EM PORTUGAL

TALIS 2013

Teaching and Learning International Survey



TALIS 2018

Teaching and Learning International Survey



EE2020/2021 - CNE

Estado da Educação - publicado pelo CNE



CN FNE 2023

Consulta Nacional FNE - Julho 2023



A profissão docente requer maior investimento e atenção, tanto em termos materiais como em reconhecimento público. Baixos salários, constrangimentos no desenvolvimento da carreira, condições precárias de trabalho, excesso de carga horária e pressão têm sido apontados como razões para o abandono da profissão por professores ou a sua não escolha. Mudar a narrativa predominante sobre o ensino é crucial, enfatizando a importância do esforço coletivo na melhoria da sua imagem. Para atrair mais candidatas aos cursos de formação de professores, é necessário adotar medidas como a concessão de apoios no alojamento e deslocações, melhorar as condições de trabalho, reduzir a carga horária burocrática e implementar políticas de recrutamento eficazes.



FNE abriu setembro com 'outdoor' no IP3 a lembrar tempo de serviço congelado

2 de julho de 2018 - "Ao fazer obra no IP3, estamos a decidir não fazer evoluções nas carreiras ou vencimentos" - António Costa, Primeiro-Ministro de Portugal.

1894 dias depois, o investimento de 134M no Itinerário Principal 3 (IP3) prometido por António Costa encontra-se na mesma situação que a recuperação do tempo de serviço congelado dos professores: parado.

E por isso a FNE lançou a 8 de setembro, em Penacova, junto ao Itinerário Principal 3 (IP3), um 'outdoor' a lembrar o tempo de serviço congelado e alertou que o novo ano letivo poderá ter um impacto nas escolas pior do que o anterior.

"Não apenas e só pelas lutas dos professores, mas também porque hoje, prestes a iniciar o novo ano letivo, há muitos alunos que não vão ter professores no dia 12 [de setembro]", disse Pedro Barreiros à agência Lusa.

O dirigente sindical salientou que a falta de docentes "não é devido às lutas, mas porque não existe quem queira ser professor e o Ministério da Educação nada faz para tornar a carreira atrativa para que os mais jovens queiram ser professores".

Em discurso às dezenas de dirigentes e ativistas da FNE presentes neste evento, o SG da FNE afirmou ainda que: "Esta ação recorda a falta ao compromisso assumido pelo Primeiro-Ministro António Costa, em julho de 2018, faz agora 5 anos, podendo ser entendido como «Olhem para o que eu digo, não olhem para o que eu não faço». São 5 anos de falta ao compromisso assumido, com toda uma região e população, contudo e mesmo assim, são menos que os 6 anos, 6 meses e 23 dias, que nessa mesma ocasião disse não querer contabilizar ao tempo de serviço prestado pelos professores e educadores. Educação rima com alcatrão, tal como recuperação rima com remodelação. O que não rima é Costa com Professores...".

1894 dias depois, o investimento de 134M no Itinerário Principal 3 (IP3) prometido por António Costa encontra-se na mesma situação que a recuperação do tempo de serviço congelado dos professores: parado.

Com esta iniciativa, que marca o arranque das ações pela recuperação do tempo de serviço congelado, a FNE denunciou que o Governo liderado pelo socialista António Costa não cumpriu a promessa de requalificar aquele itinerário, em detrimento do tempo de serviço dos professores.

“O IP3 teve de ser lembrado, essencialmente porque foi uma promessa que, paralelamente, condicionou a recuperação do tempo de serviço dos professores”, sublinhou o Secretário-Geral daquela estrutura, salientando que, afinal, “nem uma coisa nem outra foram feitas”.

Pedro Barreiros frisou ainda que “5 anos volvidos nem investimento, nem evoluções... apenas teimosia, arrogância e discriminação relativamente à restante Administração Pública e aos docentes das Regiões Autónomas. Passamos da paixão pela educação para o estado de desilusão, colocando em risco a qualidade da educação.

Assim não se cativam jovens para a profissão docente.

Assim não se provem ambientes escolares saudáveis.

Assim não se valorizam os professores e educadores.

Assim não se garante a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Assim não se defende nem promove uma educação de qualidade”.

O líder da FNE anunciou ainda que a FNE tem já várias ações de luta agendadas até meio de outubro, destacando as greves ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva a partir de 12 de setembro, dia em que se iniciaria o novo ano letivo.

“Já temos um calendário vasto e rico até meados de outubro, mas não vamos parar por aqui e a nossa ação vai depender da disponibilidade do Governo e do Ministério da Educação para nos sentarmos à mesa e respondermos aos problemas que afetam os alunos, as famílias e, obviamente, os professores”, sublinhou Pedro Barreiros.



Pedro Barreiros frisou ainda que "5 anos volvidos nem investimento, nem evoluções... apenas teimosia, arrogância e discriminação relativamente à restante Administração Pública e aos docentes das Regiões Autónomas.





SN da FNE reuniu e aprovou queixa sobre os concursos junto da Provedoria de Justiça

O Secretariado Nacional da FNE reuniu presencialmente na tarde de 15 de setembro, em Lisboa, no Auditório Manuela Teixeira, na sede da UGT, num encontro que serviu para além do debate interno sindical a nível de docentes e de pessoal de apoio educativo (PAE), ser realizado um balanço inicial da campanha "o futuro está na escola" que decorre em escolas de todo o país com a colocação de pendões, entrega de flyers com mensagens e concentrações nas entradas das escolas.

Esta reunião contou também com a preparação das próximas iniciativas a levar a cabo pela FNE neste início de ano letivo e que passam, além de várias ações ligadas às celebrações do Dia Mundial do Professor a 5 de outubro, pela apresentação de um site com o nome "mensagemaoministro" em que trabalhadores da educação poderão deixar uma mensagem ao Ministro da Educação com os seus desejos para um sistema educativo melhor no futuro. Os resultados destas mensagens serão depois reunidos num livro e entregues no Ministério por altura da época natalícia.

Neste Secretariado Nacional foram ainda debatidas e aprovadas três resoluções relativas a docentes, PAE e ao tema da educação ambiental e uma queixa a apresentar pela FNE junto da Provedoria de Justiça relativa à forma como decorreram os concursos de docentes este ano.

O Secretariado Nacional da FNE deixou no final deste encontro o reforço da mensagem sobre a disponibilidade e abertura da FNE para a negociação e sobre a urgência na resolução dos problemas que afetam os trabalhadores da educação mostrando que pretende, o mais urgentemente possível, o regresso à tranquilidade no funcionamento das escolas, ultrapassando as situações que se verificaram ao longo do ano letivo 2022-2023.

O Secretariado Nacional da FNE deixou no final deste encontro o reforço da mensagem sobre a disponibilidade e abertura da FNE para a negociação.

Resoluções aprovadas pelo Secretariado Nacional:

- 1. MÚLTIPLAS INSATISFAÇÕES NO INÍCIO DO ANO LETIVO**
- 2. PELA CRIAÇÃO DE UM ESTATUTO DO PAE (Pessoal de Apoio Educativo)**
- 3. URGÊNCIA DE MEIOS NA EDUCAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO AMBIENTE**



40 kg de lixo marinho recolhido em ação de limpeza

Quarenta quilos de lixo recolhido em pouco mais de uma hora, na Praia da Morena, na Costa de Caparica. Este foi o resultado da segunda edição da iniciativa "Educação para o Ambiente" promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) a 16 de setembro e que incluiu a limpeza da Praia da Morena, na Costa de Caparica, Almada, por dirigentes e associados da Federação.

Nem a chuva que caía na manhã da Praia da Morena, na Costa de Caparica, Almada, impediu a segunda edição desta ação em prol da defesa do ambiente e da sustentabilidade do planeta, que se inseriu no âmbito do Dia Internacional da Limpeza Costeira e foi realizada em parceria com a Câmara Municipal de Almada, a Fundação Oceano Azul e Associação SEI - Sharks Educational Institute Portugal, integrada na campanha da União Europeia #EUBeachCleanup.

Marcaram presença neste evento Natacha Moreira, Mestre em Aquacultura e educadora marinha da Fundação Oceano Azul e Fernando Frias Reis, Conservacionista e ambientalista em representação da Associação SEI - Sharks Educational Institute Portugal.

Foram vários os materiais recolhidos no extenso areal desta Praia da Costa de Caparica, entre garrafas de plástico, tampas, vidros, roupas, madeiras, produtos de higiene íntima entre outros e que contribuíram para as quatro centenas de lixo marinho recolhido.

Fernando Frias revelou ainda um pormenor a todos os participantes mostrando um pedaço de uma armadilha de marisco que percorreu um oceano inteiro até dar à costa em Portugal. Situações que ajudam a perceber os caminhos do lixo pelos mares do mundo.

A FNE e a AFIET pretenderam com esta iniciativa e com o webinar realizado a 14 de setembro demonstrar que o papel do sindicalismo não se limita a negociar e debater alterações laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais (docentes e não docentes) na defesa do ambiente e na sustentabilidade para o futuro do planeta, através da redução da pegada ambiental.

A campanha #EUBeachCleanup, promovida pela União Europeia, pretende mobilizar os cidadãos para uma maior consciência ambiental e para a alteração de comportamentos, com especial alerta para a emergência climática e para a necessidade de uma maior proteção dos oceanos.

Em 2023, a sexta edição da campanha #EUBeachCleanup, concentra-se na participação da juventude, encorajando jovens de todas as idades e de todo o mundo a organizar e/ou participar em atividades de limpeza nas praias e zonas fluviais.

A FNE/AFIET congratulam-se com mais este passo em defesa dos Oceanos e nas palavras de João Dias da Silva (Presidente da AFIET) e de Pedro Barreiros (Secretário-Geral da FNE) ficaram as promessas de voltar a repetir esta ação em 2024 e continuar a fazer parte da solução.

A FNE e a AFIET pretenderam com esta iniciativa e com o webinar realizado a 14 de setembro demonstrar que o papel do sindicalismo não se limita a negociar e debater alterações laborais e sociais.



GALERIA DE FOTOS COMPLETA EM:
<https://www.fb.com/media/set/?set=a.689518699869047>



Iniciativa "O futuro está na escola" espalhou mensagem de alerta nas escolas

Tal como anteriormente anunciado e face à ausência de resposta do Ministério da Educação (ME) às propostas que a FNE tem apresentado, assim como à constante reafirmação da disponibilidade para apostar no diálogo e na negociação, a FNE continuou com iniciativas de protesto e de luta para o primeiro período do ano letivo 2023-24.

E seguiu a partir de dia 12 de setembro com a campanha "O futuro está na escola" que contou com a colocação de pendões com esta mensagem em várias escolas do país.

GALERIA DE FOTOS COMPLETA EM:

<https://www.fb.com/media/set/?set=a.687164296771154>

Estas faixas foram mais uma nota de alerta dado pela FNE ao ME, para a urgência em resolver os problemas que afetam os trabalhadores da educação e as escolas mostrando que pretende, o mais urgentemente possível, o regresso à tranquilidade no funcionamento das escolas, ultrapassando as circunstâncias que se verificaram ao longo do ano letivo 2022-2023.

A FNE acredita que o futuro está nas nossas escolas, nos momentos de aprendizagem partilhados entre professores, pessoal de apoio educativo e alunos, na transmissão de conhecimento e valores, verdadeiros promotores do desenvolvimento pessoal, social e coletivo de indivíduos conscientes, competentes e empreendedores.

A FNE acredita que o futuro está nas escolas, nos momentos de aprendizagem partilhados entre professores, pessoal de apoio educativo e alunos.





FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

MENSAGEM AO MINISTRO



MENSAGENS DE PROFESSORES, PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO E ALUNOS DE TODOS OS CANTOS DO PAÍS SERÃO COMPILADAS E EDITADAS NUM LIVRO QUE SERÁ OFERECIDO AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO!

No seguimento das mais recentes iniciativas de protesto, a FNE vai avançar com a ação "mensagemaoministro".

Esta iniciativa terá início no dia 2 de outubro de 2023, data em que se inicia a Semana Europeia dos Professores e tem como base um portal em que alunos, docentes e pessoal de apoio educativo (PAE) podem deixar uma mensagem ao Ministro da Educação.

As mensagens recebidas serão reunidas e publicadas num livro, que será depois oferecido ao Ministro da Educação por altura da época natalícia.

Numa altura em que se avolumam as múltiplas insatisfações no início deste ano letivo, a FNE pretende permitir que os trabalhadores da educação e alunos das escolas de todo o país possam manifestar por escrito, digitalmente, a sua opinião sobre as políticas educativas deste governo e a ausência de medidas urgentes para a resolução dos problemas da educação.

Na sequência da indisponibilidade manifestada pela tutela, a página de internet criada pela FNE, oferece aos profissionais da educação e alunos uma oportunidade de se exprimirem e reforçarem a luta pelo reconhecimento e valorização daqueles que vivem e constroem a escola e que tão fundamentais são para um futuro melhor da nossa sociedade.



FNE quer professores colocados até fim de maio

O tema da antecipação da data de colocação de professores é uma das várias matérias para a qual a FNE procura novo processo negocial e por isso fez chegar novo ofício ao Ministério da Educação em que alerta para a necessidade de revisão do calendário que estabelece o processo concursal, defendendo a antecipação das colocações de professores e educadores até ao final do mês de maio.

Segundo a FNE "a medida visa dar uma maior estabilidade aos docentes e às escolas, evitando os habituais prejuízos de uma definição levada a cabo apenas em finais de agosto. Para a FNE é essencial e obrigatória a alteração das datas de organização de cada ano letivo, de modo que todos os educadores e professores tenham o conhecimento atempado da sua colocação, para poderem organizar a sua vida pessoal e familiar sem angústias, dramas e precipitações".

Por outro lado, segundo o comunicado enviado pela Federação às redações "as escolas também devem saber o mais cedo possível com que professores podem contar, para conseguirem fazer atempadamente a distribuição de serviço e a organização dos horários".

Num momento em que urge medidas de valorização no setor, a FNE assume que o conhecimento das colocações até final de cada mês de maio seria um grande passo numa melhor e mais efetiva organização do ano escolar e na melhoria das condições de vida e de trabalho dos educadores e professores portugueses.

A FNE solicitou então uma reunião urgente à tutela com o objetivo de se encontrar a solução mais justa e mais adequada para resolver esta questão.

A man in a striped shirt is seen from behind, pointing his right hand towards a chalkboard. The background is a blurred green wall, likely a classroom or office setting.

Segundo a FNE "a medida visa dar uma maior estabilidade aos docentes e às escolas, evitando os habituais prejuízos de uma definição levada a cabo apenas em finais de agosto.

2-6
outubro**Semana Europeia dos Professores***Os professores de que precisamos para a Educação que queremos.***Concentração****11H30****Residência Oficial
do 1.º Ministro****Greve Geral
dos Professores
e Educadores**

Organizações sindicais em convergência anunciaram greve de docentes para 6 de outubro

As nove organizações sindicais de professores em convergência, nas quais a FNE está incluída, avançaram a 20 de setembro com um pré-aviso de greve geral de docentes para 6 de outubro.

Os Sindicatos reforçaram no seu texto de pré-aviso que "os Professores e Educadores exigem soluções e não toleram continuar a ver desvalorizada a profissão e agravadas as condições de trabalho" recordando ainda que "o governo continua a não atender às propostas das organizações sindicais de professores, que visam valorizar a profissão docente e melhorar as suas condições de trabalho".

As organizações sindicais de docentes voltaram a demonstrar a máxima disponibilidade para negociarem soluções para os problemas, aceitando a sua aplicação faseada quando as mesmas acarretam custos de maior peso. O facto é que "Ministério da Educação e governo, contudo, não estão

abertos à negociação dessas soluções, rejeitando as propostas e a disponibilidade das organizações sindicais", afirmaram.

"Não é tolerável esta situação e a greve que se convoca para 6 de outubro, último dia da Semana Europeia dos Professores e dia seguinte ao Dia Mundial do Professor é um grito de alerta aos governantes, no sentido de mudarem a atitude que têm mantido até agora, de confronto com os professores", pode ainda ler-se no documento que anuncia a greve.

Além da greve e englobado na Semana Europeia dos Professores, que terá o lema "os professores de que precisamos para a Educação que queremos", será ainda promovida uma concentração de docentes em frente à Residência Oficial do Primeiro-Ministro às 11h30 do dia 3 de outubro.

[Consulte aqui o Pré-Aviso de greve](#)

As organizações sindicais de docentes voltaram a demonstrar a máxima disponibilidade para negociarem soluções para os problemas.

EPE no ano letivo 2023/2024 com menos alunos, menos professores e menos transparência

A FNE deixou o alerta para a diminuição de alunos, professores e da qualidade do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), apelando à inversão desta trajetória e à valorização deste ensino e dos seus profissionais.

Através de um comunicado enviado às redações, a FNE denunciou os vários problemas que afetam a Rede de Cursos do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), publicada a 28 de agosto, cerca de duas semanas depois de grande parte dos professores já terem iniciado as atividades letivas e que veio confirmar o conhecido facto de se registar uma progressiva redução de docentes, menos 7 no ano letivo passado e menos 5 neste ano que agora se inicia.

Estes números podem parecer insignificantes, mas no caso do EPE não o são, por ser um sistema que desde 2010/2011 tem vindo a ser alvo de um estrangulamento progressivo por parte do MNE/Instituto Camões, verificando-se que nos vários países da Europa apenas há cerca de 280 professores com horário completo.

"Infelizmente, parte do poder político considera o EPE como sendo "muito caro" e um "peso" para o erário público, uma das razões que levou à instituição da tristemente famosa taxa de frequência, ou propina, obrigatória nos cursos frequentados maioritariamente por alunos portugueses e luso descendentes, cujo número continua a diminuir", sublinhou a Federação no documento.

"Não causa assim espanto que dos países atingidos por esta diminuição de alunos se destaquem, pela negativa, a Suíça e os Países Baixos, países onde a "propina" é obrigatória, sendo a situação na Suíça extremamente preocupante, pois em 2020 havia mais de 8 mil alunos e 82 professores e atualmente apenas há 7200 alunos, menos 500 que no ano passado, restando 63 horários de 22 horas" acrescentando ainda que "além disso, a Rede de Curso EPE, publicada em Diário da República, que no passado era útil para verificação de número de docentes e de cursos, padece agora

de opacidade, pois não distingue os cursos a pagamento dos cursos gratuitos, e quais os horários híbridos que incluem cursos a distância, que funcionam em França, Alemanha e Reino Unido".

Também não são identificados na Rede de Cursos quais os que vão funcionar somente a distância, apesar do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Paulo Cafôfo, ter referido que iriam funcionar em Bordéus e Estrasburgo, com turmas de 15 alunos, o que não deixa de ser estranho, uma vez que este número de alunos permitiria certamente assegurar o ensino do português em regime presencial.

Porém, é óbvio que, em países como França e Luxemburgo, onde o ensino é gratuito, respetivamente até ao 5º e 6º anos, se registou um leve aumento de professores, um no Luxemburgo e dois na área de Paris, circunstância que deita por terra a falsa teoria de que a exigência de pagamento não afeta o número de alunos.

Menos alunos, menos professores, menos qualidade de ensino e aulas a distância que nenhum sistema escolar reconhece.

A FNE defende portanto que "é urgente inverter esta trajetória, é urgente encetar um processo de negociação que passe pela valorização do Ensino Português no Estrangeiro e dos seus profissionais, para que este possa efetivamente cumprir a sua missão de afirmar e difundir a língua portuguesa no mundo e proporcionar a aprendizagem da língua, da história, da geografia e da cultura nacionais às comunidades portuguesas".

Menos alunos, menos professores, menos qualidade de ensino e aulas a distância que nenhum sistema escolar reconhece.

**ENSINO
PORTUGUÊS
NO ESTRANGEIRO**

WEBINÁRIO

14 SETEMBRO 2023 | 17H30 ÀS 18h30

Importância da **proteção** dos **oceanos** e da **vida marinha** para o futuro do planeta

webinário



NATÁCHA MOREIRA
Bióloga e Educadora
Marinha
Oradora



FERNANDO REIS
Conservacionista
e Ambientalista
Orador



JOSÉ RICARDO COELHO
Secretário-Geral Adjunto da FNE
Moderador

Webinário FNE/AFIET: Falta ligar o oceano à agenda climática

Natacha Moreira, Mestre em Aquacultura e educadora marinha (Fundação Oceano Azul), e Fernando Frias Reis, Conservacionista e ambientalista (Associação SEI - Sharks Educational Institute Portugal), foram os oradores convidados, numa sessão que contou com a moderação de José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE e Vogal da Direção da AFIET.

Este webinário foi uma iniciativa no âmbito do Dia Internacional de Limpeza Costeira, celebrado anualmente no terceiro sábado de setembro, na qual a FNE/AFIET participaram com uma [ação de limpeza da Praia da Morena, na Costa de Caparica, em 16 de setembro](#).

Depois de uma breve introdução sobre os dois convidados pelo moderador, a representante da Oceano Azul, Natacha Moreira, abriu a sua apresentação lembrando a emergência climática que leva à extinção de espécies e ao estado atual dos oceanos: "existe a nossa visão e a missão da saúde do oceano. Temos de proteger com conhecimento".

A Mestre em Aquacultura e educadora marinha promoveu depois o programa de educação para a sustentabilidade "Blue Generation", da Oceano Azul, que pretende introduzir o tema de forma transversal no currículo de aprendizagem das crianças entre os cinco e os nove anos de idade

em Portugal, ajudando assim a criar uma geração mais consciente da importância e fragilidade do oceano.

"Pretendemos com este programa elevar a literacia nesta área às crianças dentro destas idades, mas também fornecer competências e ferramentas aos professores, que são os nossos maiores aliados para chegar aos alunos", acrescentando ainda a importância de incorporar o oceano nas atividades curriculares, "apesar de sabermos o quanto os currículos já são longos, mas criar literacia azul é um grande objetivo para o futuro".

A Fundação e os seus parceiros estão a equacionar várias medidas no âmbito deste Programa, incluindo formação de professores, preparação de conteúdos de literacia, desenvolvimento de materiais de suporte ao ensino e também o apoio ao desporto escolar.

Mas as iniciativas por uma geração azul, por parte da Oceano Azul, não se ficam por aqui. Natacha Moreira comentou em seguida o sucesso das ações de limpeza, "que têm sido transformadoras e que contaram com a participação de cerca de 3.200 alunos em 2022, com o propósito de consciencializar e mudar comportamentos. Sozinhos somos uma gota, juntos somos um oceano", referiu a finalizar a sua intervenção.

A FNE e a AFIET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) promoveram, na tarde de 14 de setembro de 2023, o webinário "Importância dos oceanos e da vida marinha para o futuro do planeta".



| Natacha Moreira



Fernando Reis

TUBARÕES SÃO O SEGURO DE VIDA DO MUNDO MARINHO

Depois, Fernando Frias Reis tomou a palavra: "sustentabilidade é a interseção de recurso e pessoas", começou por afirmar. De seguida referiu a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que passam em muito pela redução da poluição marinha e por um trabalho de sustentabilidade da pesca.

Também o representante da SEI Portugal defendeu que as questões ligadas ao oceano deviam fazer parte dos currículos educativos, entrando depois naquele que é o tema dominante desta associação: os tubarões.

"Os tubarões são das espécies que mais sofrem com os plásticos", reforçando em seguida que como predadores, em quase todos os ecossistemas marinhos, os tubarões desempenham um papel essencial no equilíbrio marinho saudável. Perseguem e alimentam-se dos mais fracos, dos doentes, e também dos peixes mortos e outros animais marinhos, assumindo assim o seletivo papel de arquitetos e limpadores dos mares.

Depois ficou o alerta que surpreendeu os participantes: "Porque não podemos viver sem tubarões? Eles são de facto o seguro de vida de toda a

vida marinha como a conhecemos hoje. Sem tubarões, todo o ecossistema marinho desmoronaria. E sem a vida no oceano que hoje conhecemos, a vida na terra sucumbiria também. Se matarmos os superpredadores aumenta-se a população de predadores, o que pode levar à extinção de muitas espécies", revelou.

A pesca continua a ser uma das maiores ameaças aos tubarões. Atualmente, a pesca do tubarão baseia-se em dois grandes grupos de atividades económicas. De um lado, temos os grandes palangreiros e arrastões da pesca industrial. Do outro, e ainda em grande número, temos a pesca artesanal em todo o mundo. Em ambos os casos, o número e o tamanho das capturas têm vindo a diminuir a cada ano, devido à crescente escassez de tubarões no oceano, como confirmam os dados.

Em jeito de remate final, lembrou que a espécie humana precisa de tubarões. Como predadores de topo, eles regulam todos os ecossistemas da vida marinha. Os tubarões não são os animais cruéis, insaciáveis e implacáveis que alguns filmes pretendem fazer crer. Efetivamente, eles desempenham um papel fundamental na manutenção do equilíbrio ecológico entre toda a vida marinha.

"E sem a vida no oceano que hoje conhecemos, a vida na terra sucumbiria também. Se matarmos os superpredadores aumenta-se a população de predadores, o que pode levar à extinção de muitas espécies" - Fernando Frias

UM PORTUGAL SANTUÁRIO DE TUBARÕES

Após as apresentações dos oradores, José Ricardo Coelho lançou algumas questões colocadas pelas quase duas centenas de participantes desta iniciativa online, reforçando que "falou-se aqui na formação de professores na área da literacia ambiental. Sendo isso responsabilidade do Ministério da Educação, a FNE vai certamente levar até à tutela essa matéria como forma de mobilizar para a questão".

A concluir, José Ricardo Coelho deixou aos dois convidados uma questão: "Em junho de 2022, Portugal recebeu a Conferência Mundial dos Oceanos. O que é que se tem feito a nível global e nacional para cuidar do oceano?"»

Natacha Moreira respondeu que "existem alguns avanços como o "Tratado do Alto Mar" que estava em aberto há 15/20 anos e que está agora em ratificação para alguns países. Depois temos o "Tratado dos Plásticos" com o objetivo de reduzir a produção desse material no mundo, mas que ainda está a ser redigido. Mas o que na minha opinião falta mesmo é ligar o oceano e a agenda climática. Falta essa presença", disse.

Fernando Frias considerou a Conferência Mundial dos Oceanos de grande qualidade e nela pediu explicitamente ao Ministro do Mar, que também é Ministro da Economia, que se criasse 30% das áreas marinhas portuguesas como áreas marinhas protegidas. Portugal pode até 2030 declarar-se como país líder em algo extremamente importante: declarar as suas águas nacionais como santuário de tubarões - uma zona onde não é permitida a captura desses animais. Se o fizermos podemos liderar a sustentabilidade do oceano", rematou.

Com este webinar a FNE/AFIET pretenderam alertar para o dever individual e coletivo de se utilizarem os recursos de forma sustentável e para o papel que cada um deve ter na preservação, conservação e limpeza dos oceanos.

"O que na minha opinião falta mesmo é ligar o oceano e a agenda climática. Falta essa presença", disse Natacha Moreira.



| José Ricardo Coelho



| Natacha Moreira



| Fernando Reis

zoom



Por que faz greve um professor?

Agostinho Arranca | Professor no Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa | SDPSul



Porque para além de ser professor é cidadão e, como muitos cidadãos e professores, sentem na pele a degradação da escola pública.

Quando falamos em degradação, falamos da deslocação do foco da ação dos docentes, das tarefas de ensino/aprendizagem, para as tarefas burocráticas; falamos da organização dos tempos letivos e não letivos que condenou à extinção salas de professores, momentos de desconpressão, partilha entre docentes, reflexão individual e coletiva nas escolas; falamos da total falta de tempo para que professores possam ler, estudar, aceder a cultura, e tudo isto para que possam verdadeiramente ser competentes, exemplo e motivação para a sociedade e para os seus alunos; falamos da degradação do ambiente das organizações por estas causas, mas também por um modelo de gestão pouco democrático, que afastou os docentes e não docentes da participação efetiva e democrática nos órgãos da escola; falamos de um sistema de avaliação ineficiente e injusto, em que os docentes não participam, não se revêm e não se sentem reconhecidos e/ou valorizados pelo seu efetivo desempenho e esforço; falamos de má organização das escolas que levam a horários caricatos, a distribuições de serviço ineficientes e injustas, a sobrecarga e duplicação de tarefas burocráticas sem sentido e que, mesmo se não completamente definidas pela tutela, são por ela incentivadas e toleradas, num clima de abandono dos docentes e das escolas à sua sorte; falamos do quase desaparecimento dos serviços de inspeção na educação que poderiam por cobro a muitas destas situações; falamos do “estertor de morte” dos serviços regionais que mais não fazem do que alimentar a máquina burocrática; falamos da completa ineficiência e ineficácia do sistema de apoio educativo que não só não recupera aprendiza-

gens como esbanja recursos paralelos a uma sobrecarga das turmas em número de alunos e ao trabalho de docentes titulares de turma e/ou disciplina; falamos do stress acrescido com a municipalização de instalações, equipamentos e pessoal não docente que tem levado à reprogramação de intervenções e ao imiscuir nas tarefas educativas e plano anual de atividades, ao sabor do calendário e interesses eleitorais; falamos da falta de formação e da precariedade do pessoal não docente, colocado pelos municípios, que têm reflexos muito negativos no ambiente das escolas; falamos da inexistência de estratégias de formação em contexto de trabalho e de enquadramento dos recém formados, na carreira, permitindo o equilíbrio entre a inovação, energia dos mais novos e o saber e a experiência dos seniores; falamos dos seis anos seis meses e vinte e três dias que se sentem como uma verdadeira afronta ao trabalho dedicado de tantos profissionais; falamos das ultrapassagens de docentes por outros docentes na sua carreira; falamos do esvaziamento dos programas retirando o que é verdadeiramente importante e a sua infestação por tudo o que é supérfluo e de maquilhagem social; falamos, acima de tudo, de termos, um Ministério da Educação, convencido da sua própria e única razão pedagógica e administrativa e de que os milhares que lidera estão todos errados; estamos no fundo a falar de um clima que já levava os melhores alunos, os mais providos financeiramente, a abandonar a escola pública, a procurar explicações particulares, e que toda esta situação agudizará aumentando o fosso entre os mais ricos e os mais pobres; estamos a falar de um golpe fatal na escola pública, esse bem republicano, democrático e essencial à nossa organização política e social.

E se a estratégia, como parece ter vindo a ser seguida, for a de descredibilizar os docentes na sua luta, ganhando a restante sociedade, temo que percamos ambos muito rapidamente.

Abertura do ano escolar: a luta continua



Iniciamos mais um ano escolar e, mais uma vez, a história repete-se.

Nos meios de comunicação social, a notícia de destaque continua a ser a mesma de há décadas – falta de docentes. Este tema daria muito por onde discorrer pensamento, mas não é este o assunto que nos move.

Porém, se nos cingirmos unicamente a ouvir as notícias destas duas semanas ficamos convictos que as escolas são unicamente, e só, professores – nada mais do que isso...

No processo de construção de uma escola de qualidade e inclusiva, todos os profissionais da educação desempenham um papel relevante.

Além dos professores, a escola integra um conjunto diversificado e relevante de outros profissionais, que são os chamados não docentes, cujo desempenho profissional é essencial na organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino e no processo educativo.

Também há falta de funcionários nas escolas!

Faltam assistentes técnicos (AT). Estes funcionários integram uma estrutura organizacional complexa que vive em constante mutação, como é o caso da Escola. Os AT desenvolvem um trabalho de grande responsabilidade, na retaguarda do processo de ensino-aprendizagem, assegurando o funcionamento burocrático-administrativo da organização escolar.

Estes funcionários trabalham sob pressão e stress constante, muito para além do horário, levam trabalho para casa, trabalham aos fins-de-semana, tudo a custo zero. Este é um problema

deveras complexo e preocupante. Não será estranho que muitos destes funcionários estejam desmotivados e revoltados. A progressão na carreira é deveras desonesta, indigna e desonrosa. Um assistente técnico com o atual sistema de avaliação de desempenho precisará de aproximadamente 80 anos para chegar ao topo da carreira, uma impossibilidade evidente. No século XXI, num país que se diz democrático, é vergonhoso.

Nas secretarias das escolas vivenciam-se ambientes agressivos que acabam por se refletir na saúde física e psicológica dos funcionários. Os assistentes técnicos executam tarefas de responsabilidades elevadas e exigentes. Não obstante, para além de não serem reconhecidos nem valorizados pelo desempenho das tarefas que executam, o vencimento que auferem é deveras patético! De sublinhar que grande parte destes funcionários é licenciado e com mestrado! A progressão na carreira dos assistentes técnicos não contempla as habilitações académicas destes funcionários. Porquê?

Na escola também faltam psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais, falta intervenção educativa, etc.

A precariedade continua a ser uma realidade na Educação, mesmo para os funcionários.

É urgente o reconhecimento de um estatuto próprio com carreiras especiais, com desenvolvimentos e conteúdos funcionais inerentes para os auxiliares de ação educativa e para os assistentes técnicos.

O STAAE-ZN tudo fará para a construção de uma Educação digna e justa para TODOS.

Alice Ramos
Dirigente do STAAE-ZN





o futuro
está
na



escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO

Tratem bem os que cá estão!

FNE demonstra ao ME o seu profundo desagrado com a falta de resolução para os TSE

A FNE fez chegar a 18 de agosto um ofício ao Ministério da Educação em que apresentava o seu profundo desagrado com a falta de resolução para os Técnicos Especializados das Escolas (TSE) por não ter sido, até aquela data, solucionada a situação das mobilidades/consolidação/prorrogação destes trabalhadores, apesar de todos os esforços entre a FNE e o Ministério da Educação:

«Na sequência da reunião em 19-06, entre a FNE e Sr. Ministro da Educação, enviou esta Federação, em 29-06 um documento, conforme o articulado estabelecido pelas duas partes, intitulado “TSE em mobilidade-levantamento junho 2023”, onde expõe os casos individuais destes profissionais da educação.

Em causa estão pedidos de consolidação negada, a aguardar resposta ou ainda em processo de reanálise, por parte das direções das escolas em que esses TSE se encontram em mobilidade.

Por não haver por parte do Ministério da Educação resposta a este assunto, foi solicitado pela FNE uma nova reunião, que se efetuou em 28-07, com a Sra. Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Estado da Educação, onde se lembrou a urgência da resolução destes casos.

Tendo em conta a proximidade do início do ano letivo e a consequente instabilidade destes trabalhadores, foi acordado que seria enviado às escolas uma Nota Informativa em que prorrogava o término das mobilidades, que iriam terminar ou que já tinham terminado, até 31 de dezembro de 2023 (situação esta que se encontra devidamente enquadrada no Orçamento de Estado).

Esta prorrogação permitiria encontrar a solução definitiva deste problema.

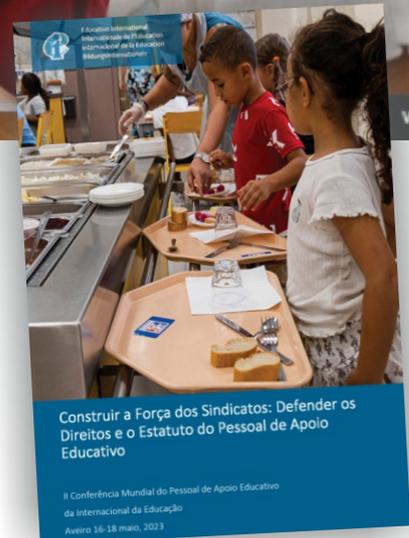
Tendo em conta a urgência desta situação aguardamos resposta e solução para este problema com a máxima brevidade.»

Em causa estão pedidos de consolidação negada, a aguardar resposta ou ainda em processo de reanálise, por parte das direções das escolas em que esses TSE se encontram em mobilidade.





Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale



www.fne.pt

Relatório final da Conferência PAE Aveiro - 2023

A Internacional da Educação (IE) e a FNE organizaram, em parceria, a II Conferência Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (PAE) nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2023, no Auditório do Hotel Meliá Ria, em Aveiro, com a especial participação dos três sindicatos da federação de profissionais da educação, STAAE-ZN, STAAE-ZC e STAAE Sul e RA.

O lema da conferência foi “Construir a Força dos Sindicatos: Defender os Direitos e o Estatuto do Pessoal de Apoio Educativo”, inserida nas comemorações do VI Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo, celebrado em todo o mundo no dia 16 de maio, desde o ano de 2018.

Perante a crise global de financiamento da educação, a campanha da IE Por Uma Educação Pública: Financiar o PAE insta os Governos a aumentarem urgentemente o investimento no ensino público e nos trabalhadores da educação. Os cortes recentes nos orçamentos do ensino, bem como as tendências de privatização, afetaram os empregos, os contratos e as condições de trabalho do PAE. Os participantes na conferência identificaram desafios comuns que se deparam ao PAE de todo o mundo em matéria de financiamento e tiveram a oportunidade de trocar estratégias de sucesso para intensificar o investimento no PAE e melhorar as suas condições de trabalho e de emprego.

Relatório https://fne.pt/uploads/documentos/documento_1693222233_3345.pdf

O lema da conferência foi “Construir a Força dos Sindicatos: Defender os Direitos e o Estatuto do PAE”, inserida nas comemorações do VI Dia Mundial do Trabalhador de Apoio - Educativo.

OCDE recomenda valorização urgente da carreira docente

A OCDE acaba de publicar o “Education At A Glance 2023” - EAG (“Panorama sobre a Educação 2023”), um compêndio anual de estatísticas comparáveis sobre a educação de países e outros parceiros daquela organização internacional, de que Portugal faz parte.

O EAG é a fonte de dados mais confiável publicada todos os anos sobre a estrutura, financiamento e desempenho dos sistemas educativos nos países da OCDE e nas economias parceiras.

A publicação oferece uma grande e variada quantidade de indicadores, mas não formula quaisquer tipos de juízos e/ou recomendações de política educativa. A edição de 2023 tem um foco especial no tema do Ensino e Formação Profissional (EFP), que a OCDE considera uma verdadeira alternativa à educação académica.

É com a prevista revolução no emprego através da Inteligência Artificial, com milhões de empregos a serem automatizados nos próximos anos, o EFP só poderá tornar-se cada vez mais relevante.

O aumento do acesso à formação profissional será fundamental para garantir que mais jovens possam satisfazer a crescente procura de trabalhadores qualificados e adaptar-se e beneficiar das profundas mudanças impulsionadas pelas transformações ecológica e digital.

O EAG indica que 44 % de todos os estudantes do ensino secundário superior estão inscritos no EFP em toda a OCDE. Apesar desta elevada percentagem, os programas profissionais continuam a ser vistos como um último recurso em demasiados países.

Os indicadores oferecidos fornecem informações essenciais sobre os resultados das instituições de ensino; o impacto da aprendizagem nos países; o acesso, a participação e a progressão na educação; os recursos financeiros investidos na educação; e sobre os professores, o ambiente de aprendizagem e a organização das escolas.

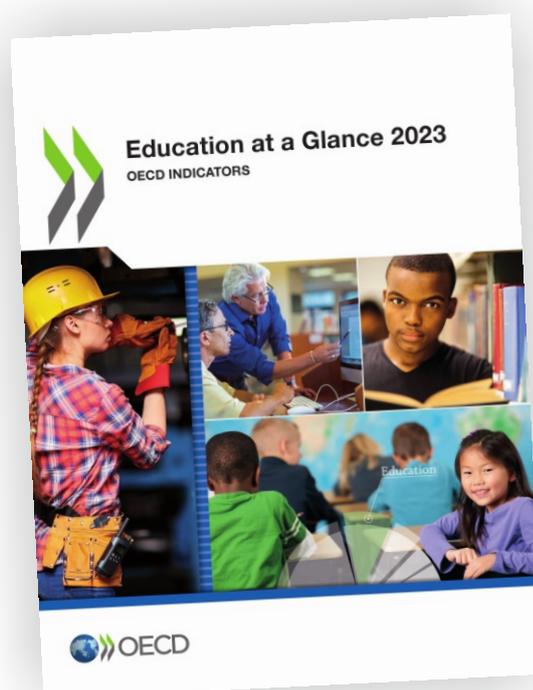
De acordo com a publicação, professores bem

qualificados e motivados são essenciais para sistemas educativos fortes, mas demasiados países continuam a dar prioridade a turmas mais pequenas em detrimento do aumento da qualidade dos professores e de tornar as carreiras docentes mais atrativas e valorizadas, incluindo nos salários.

Especialmente tendo em conta que muitos países da OCDE, a exemplo de Portugal, enfrentam uma escassez de professores. Os salários médios no ensino primário são 13% inferiores aos de outros trabalhadores com ensino superior. E para os professores do ensino secundário, a diferença é ainda de 5%.

Em toda a OCDE, os salários médios dos professores do ensino primário e secundário cresceram menos de 1% ao ano em termos reais desde 2015. Em quase metade dos países da OCDE, onde existem dados disponíveis, os salários reais diminuíram. No Luxemburgo, por exemplo, os salários reais dos professores do ensino secundário desceram 11% desde 2015 e na Hungria a descida foi de 7% no mesmo período. A situação irá provavelmente agravar-se em muitos países, tendo em conta a inflação dos últimos 12 meses, diz o relatório.

[Clique na imagem para consultar o relatório](#)





O caso português

O EAG também disponibiliza uma panorâmica individual das principais características dos sistemas educativos, incluindo o de Portugal.

A matéria salarial é crucial para cativar os jovens para a profissão docente. Na análise comparativa entre países, os docentes portugueses (particularmente os do 3º ciclo) surgem numa posição inferior aos seus colegas da OCDE. Entre 2015 e 2022, os vencimentos dos professores do ensino secundário superior (após 15 anos de experiência e com a qualificação mais prevalente) não se alteraram muito (a preços constantes), enquanto aumentaram 4% em média nos países da OCDE.

Porém, numa comparação com os salários de outras profissões em Portugal, os docentes nacionais aparecem numa posição superior, em relação à média de outros trabalhadores com formação superior, uma vez que a população docente está a envelhecer e, conseqüentemente, uma grande parte dos professores está perto do topo da sua carreira docente.

Dois anos após o fim da duração teórica dos programas do ensino secundário superior, as taxas de conclusão do ensino secundário em Portugal estão ao nível da média da OCDE (86% em comparação com 87% nos países da OCDE).

Embora uma qualificação de nível secundário superior seja frequentemente o mínimo necessário para uma participação de sucesso no mercado de trabalho, alguns jovens entre os 25 e os 34 anos continuam a abandonar o ensino sem essa qualificação. Em média, na OCDE, 14% dos jovens adultos não concluíram o ensino secundário superior. Em Portugal, esta percentagem é de 17%.

Apenas um quarto dos jovens entre 15 e 19 anos estão matriculados no ensino secundário profissional. Em Portugal, uma proporção acima da média de estudantes em programas vocacionais está matriculada no secundário superior (80%, em comparação com 69% dos estudantes, em média, nos países da OCDE).

No entanto, há menos estudantes do ensino secundário superior inscritos em programas profissionais em Portugal do que em média nos países da OCDE (39% contra 44% em média).

Em Portugal, um ano após a conclusão do curso, apenas 18% dos diplomados do ensino secundário superior profissional estão inscritos no ensino formal, em comparação com 80% dos diplomados de programas gerais. Isto denota um estigma em relação ao ensino profissional, que se alimenta da falta de informação e de uma denotada desinformação. Este facto é a prova de que há muito, muito, a fazer em Portugal pela via profissionalizante.

Os programas de EFP de elevada qualidade integram os aprendentes nos mercados de trabalho e abrem vias para um maior desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, a qualidade e a importância dos programas de EFP diferem muito de país para país. Nalguns países, metade de todos os jovens adultos (25-34 anos) têm uma qualificação profissional como o seu nível mais elevado de habilitações literárias, ao passo que noutros países essa percentagem é de apenas noutros países.

Em Portugal, um ano após a conclusão do curso, apenas 18% dos diplomados do ensino secundário superior profissional estão inscritos no ensino formal, em comparação com 80% dos diplomados de programas gerais.

Inatividade mais baixa para mulheres

Em Portugal, 21% das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos possuem uma qualificação profissional como o seu nível de habilitações mais elevado: 18% no ensino secundário superior, 2% no ensino pós-secundário não superior e 1% no ensino superior de ciclo curto.

A percentagem de pessoas entre os 25 e os 34 anos que concluíram o ensino superior aumentou substancialmente nos últimos anos (de 33% em 2015 para 44% em 2022). Embora o ensino superior seja o nível mais comum entre os jovens adultos, há ainda 17 % de pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos sem o ensino secundário, 3 pontos percentuais acima da média da OCDE.

Durante este período, em Portugal, a percentagem de jovens entre os 25 e os 34 anos sem o ensino secundário superior diminuiu significativamente (16 pontos percentuais, de 33% para 17%), ao passo que a percentagem de pessoas com 25-34 anos com um diploma do ensino secundário superior como nível mais elevado de habilitações aumentou 5 pontos percentuais, principalmente em resultado do aumento da percentagem de pessoas que obtiveram uma qualificação secundária superior qualificação profissional de nível secundário superior (de 14% para 20%).

O nível de habilitações do ensino superior continua a aumentar entre a população em idade ativa. Em média, na OCDE, o ensino superior está a tornar-se tão comum como o ensino secundário superior ou o ensino pós-secundário não superior entre as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. Em Portugal, 31% das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos têm um diploma do ensino superior.

No que respeita ao abandono, existe uma grande dificuldade em voltar a atrair para o sistema de ensino superior estudantes que não prosseguiram os estudos quando terminaram o ensino secundário ou que saíram do sistema de ensino inativos.

Embora a taxa de inatividade (a percentagem de pessoas que não trabalham nem procuram ativamente emprego) diminuiu quando aumenta o nível de habilitações literárias, tanto para os homens como para as mulheres, em toda a OCDE, esta taxa pode diferir entre homens e mulheres.

Entre as pessoas entre os 25 e os 34 anos que possuem um ensino superior, Portugal é o único país com dados disponíveis em que a taxa de inatividade é mais baixa para as mulheres do que para os homens (em 2 pontos percentuais). Em média, na OCDE, a taxa de inatividade é 6 pontos percentuais mais elevada para as mulheres do que para os homens.

Entre as pessoas entre os 25 e os 34 anos que possuem um ensino superior, Portugal é o único país com dados disponíveis em que a taxa de inatividade é mais baixa para as mulheres do que para os homens (em 2 pontos percentuais).

Menos investimento no ensino superior

Portugal gastou 5,1% do seu produto interno bruto (PIB) em instituições do ensino primário ao superior em 2020, em linha com a média da OCDE. No entanto, a despesa por estudante do ensino primário ao superior em Portugal é cerca de 14% inferior à média nos países da OCDE. Em comparação com a média da OCDE, as despesas por estudante em Portugal são muito mais baixas no ensino superior do que nos níveis primário, secundário e pós-secundário não superior.

O tempo de instrução dos alunos acima da média e as turmas abaixo da média em Portugal são os principais fatores que explicam o facto de o custo salarial dos professores por aluno do ensino primário ser mais elevado do que a média da OCDE, mesmo que as horas de ensino acima da média reduzam este custo. Os salários efetivos dos

professores, ligeiramente acima da média, têm apenas um pequeno impacto no custo salarial por aluno do ensino primário.

O EAG 2023 sugere que os países devem aumentar as oportunidades de progressão na carreira dos professores, reduzir a carga de trabalho administrativo, melhorar a imagem pública dos profissionais da educação e aumentar os salários, a fim de atrair pessoal docente de elevada qualidade.

O relatório EAG fornece estatísticas nacionais comparáveis que medem o estado da educação a nível mundial. O relatório analisa os sistemas educativos dos 38 países membros da OCDE, bem como da Argentina, Brasil, Bulgária, China, Croácia, Índia, Indonésia, Peru, Roménia, Arábia Saudita e África do Sul.

Maior depressão em raparigas, alunos mais velhos e docentes com mais tempo de serviço

Há cada vez mais alunos e professores com sintomas de depressão e ansiedade, mais evidentes no ensino secundário e em particular junto das raparigas, segundo os resultados do estudo "Saúde Psicológica e Bem-Estar – Observatório de Saúde Psicológica e Bem-Estar: Monitorização e Ação", no âmbito do Plano de Recuperação das Aprendizagens 21/23 Escola+, com coordenação científica da psicóloga Margarida Gaspar de Matos e já divulgados às escolas.

Segundo os dados recolhidos é entre as raparigas e os alunos mais velhos (ensino secundário) que "é visível uma diminuição de saúde psicológica e bem-estar", sucedendo o mesmo com os docentes do sexo feminino, com mais idade e mais tempo de serviço, que se encontram em situação mais vulnerável neste domínio.

O Relatório, apresentado em junho de 2023, revela ainda que existe um maior número de alunos ansiosos e tristes, sendo cada vez "mais imaturos, inquietos, agressivos e individualistas", acrescentando-se ainda que "A pandemia de COVID-19 deixou mais marcas nos alunos que não têm um ambiente familiar estruturado".

O Plano de Recuperação das Aprendizagens (PRA), lançado em 2021, contemplava um conjunto de ações nesta área e as escolas têm privilegiado os "planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário", que tem sido das medidas com mais repercussão.

Entre outras sugestões, as escolas sublinham neste estudo "a necessidade de treinar os psicólogos escolares para a promoção das competências socioemocionais dos alunos" e/ou a promoção de "atividades que incentivem o sentimento de pertença à escola e a coesão de grupo, como as aulas de Educação Física a serem uma boa solução".

Em jeito de resumo, os autores deste estudo relembram que a Organização Mundial de Saúde (OMS) "descreve uma escola promotora de saúde como uma estrutura capaz de oferecer um ambiente saudável a todos os membros da comunidade escolar, disponibilizando serviços de saúde e implementando projetos escolares e comunitários que promovam oportunidades para o desenvolvimento de competências e hábitos saudáveis".

[Clique na imagem para consultar o relatório](#)





Há queixas de "pouca ação", mas isso não implica que não existam mais propostas para tentar mudar o panorama de depressão que se instalou nas escolas portuguesas.

ASSISTENTES OPERACIONAIS EM RUTURA

Esta descrição vai contra a realidade relatada nas escolas portuguesas e que é demonstrada nos estudos coordenados por Margarida Gaspar de Matos (Universidade de Lisboa), sendo referido ainda que "os docentes estão cansados e sem apoio; desencantados com a profissão; exacerbados por burocracias e que lhes falta tempo para fazer mais. Os assistentes operacionais encontravam-se igualmente em situação de rutura.

Há queixas de "pouca ação", mas isso não implica que não existam mais propostas para tentar mudar o panorama de depressão que se instalou nas escolas portuguesas. Existem exemplos de planos como: "Apoiar os agrupamentos na implementação das recomendações, através de recursos e tempo e na disponibilização de medidas práticas e concretas, com instruções claras"; "sensibilizar e partilhar informação relacionada com a promoção da saúde psicológica e bem-estar das crianças e adolescentes junto dos seus encarregados de educação, a par da sua capacita-

ção para a promoção de competências socioemocionais".

Ou ainda «recuperação da falta de assistentes operacionais nos estabelecimentos de ensino, assim como de psicólogos, especialmente de vertente clínica» e «levantamento e partilha de boas práticas nacionais para a promoção da saúde psicológica em contexto escolar, acompanhadas de estratégias e ferramentas concretas».

Estas recomendações referidas pelo observatório, representam já a segunda fase deste trabalho e que passa por organizar uma plataforma de partilha de boas práticas.

Este estudo resultou de um trabalho de parceria entre a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Direção-Geral da Educação, Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, Equipa Aventura Social/ ISAMB, Universidade de Lisboa, Ordem dos Psicólogos Portugueses e Fundação Calouste Gulbenkian.

+vantagens fne

Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos



Semana Europeia dos Professores

Os Professores de que precisamos para a Educação que queremos.

Marca

no calendário



JUNTA-TE AOS
QUE JÁ SE
EXPRESSARAM

2 OUT

MENSAGEM AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

PORTAL PARA ENVIO DE MENSAGENS

CONCENTRAÇÃO *

11H30 - Lisboa
Residência Oficial do 1.º Ministro

3 OUT



4 OUT

OUTDOORS *

NAS ESTRADAS DE PORTUGAL

DIA MUNDIAL DO PROFESSOR

Conferência Internacional*

5 OUT



Depoimentos
Videos
Concerto
Hastear da bandeira

Obrigado Professor
www.obrigadoprofessor.pt



6 OUT

GREVE GERAL *

DOS PROFESSORES E EDUCADORES

*Ação realizada em convergência com 8 organizações sindicais

